

EDITORIAL

«Educação e 25 Anos de 25 de Abril»

Num estudo que realizámos no fim da década 70/princípio da década 80 «tentámos mostrar que foi a natureza mutável do Estado português que, além de dar forma, permitiu a mudança educativa em Portugal durante a década de 70» (Stoer, 1986: 253). Na verdade, o Estado mudou muito durante essa década, passando de um Estado autoritário a um Estado «paralizado» — durante os dois anos da revolução de Abril — acabando, a partir do período de «normalização», por se assumir como um Estado de um regime de democracia representativa. A esta mudança na natureza do Estado correspondeu uma nova concepção educativa constituída por uma preocupação de dar voz ao apelo de igualdade de oportunidades na educação e de facilitar a expressão das reivindicações e dos protestos dos excluídos e silenciados não só pelo sistema educativo do antigo regime como pelo sistema político em geral. Defendemos na altura que esta nova concepção educativa, impulsionada pela lógica da revolução popular, se baseava em três premissas: «i) que a comunidade local (tanto urbana como rural) precisava imenso de se “re-identificar”, de se reestabelecer à luz das novas realidades nacionais; ii) que havia que fazer um grande esforço para ultrapassar as diferenças cada vez mais gritantes entre a escolarização urbana e

rural; iii) que um esforço semelhante devia ser feito para atenuar, se não abolir completamente, as consequências da divisão entre trabalho manual e intelectual resultantes de diferentes formas e conteúdos de escolarização» (*ibid*: 256). Estas premissas eram consideradas essenciais para a transformação harmoniosa do sistema educativo, tendo em vista alinhá-lo com o novo quadro ideológico e institucional que era o Portugal «em transição para o socialismo»

Com a «normalização» a mobilização cultural e educativa terminou. A transformação harmoniosa do sistema educativo agora significava excluir as formas, conteúdos e meios que ameaçavam prejudicar o «bom» funcionamento dum Portugal «pluralista». Assim, reestabeleceu-se o peso da hierarquia na nova concepção educativa. O nosso estudo da intervenção do Banco Mundial na educação portuguesa mostrou que a exigência principal feita ao Estado, no final da década de 70, era a de «tornar a educação mais relevante face às necessidades e ao funcionamento da economia. Vinda na esteira de uma revolução e de mais de metade duma década de mobilização educativa, isto significava, mais do que tudo, “despolitizar” a educação através da reformulação dos problemas educativos em termos técnicos» (*ibid*: 259-60). Esta lógica reforçou-se durante a década 80 atingindo o seu auge no que denominámos, num esforço de desocultação dos efeitos de um neoliberalismo ganhando força sobretudo nos países anglo-saxónicos mas já se fazendo sentir em países como Portugal, uma versão portuguesa do «novo vocacionalismo» inglês, caracterizado por um novo instrumentalismo na tutela do Estado face à relação entre sistema educativo e o mercado de trabalho (*cf.* Stoer, Stoleroff e Correia, 1990).

A Reforma Educativa que surge no fim da década 80, e que se prolonga durante a primeira parte da década 90, mantém, por um lado, esta lógica integrando-a num processo «mitigado» (Afonso, 1997) de mercadorização do sistema educativo, processo esse que resulta em grande parte do impacto do fenómeno

chamado globalização que começa a fazer-se sentir nessa altura. Por outro lado, pode defender-se – até certo ponto, paradoxalmente – que a resistência a esse processo de mercadorização da educação e as próprias mudanças estruturais no sistema, especialmente a nível do processo de trabalho e da organização da produção, têm vindo a abrir, nos anos 90, novos espaços para o retomar da nova concepção educativa dos anos 70. Algumas das medidas de política educativa promovidas durante esta década por governos diferentes, como, por exemplo, a consolidação da escola para todos (já prevista, como se sabe, na Lei de Bases de 1986, mas só recentemente posta em vias de concretização) e a criação de condições para uma autonomia aumentada da parte das escolas, estão organicamente ligadas às chamadas «conquistas da Revolução de Abril». Outras políticas educativas «inspiradas» na nova concepção educativa incluem aquelas que tentam, por exemplo, promover a igualdade através e na educação, não somente pela consolidação do princípio de igualdade de oportunidades mas sobretudo pela valorização da diferença. Aqui também se destaca a cada vez mais importante dimensão europeia na educação que, apesar de um começo frouxo e mal-definido, ganhará certamente força nos próximos tempos.

Certo é que todas estas medidas, muitas delas ainda «verdes», podem ser postas em causa (e alguns argumentarão que já estão a ser postas em causa!) pela feroz concorrência e individualismo possessivo inerentes ao processo de mercadorização, que inclui entre os seus parceiros o próprio Estado. Como reagirão a esse processo os agentes educativos – professores, pais, alunos? Que aproveitamento farão dos espaços de autonomia já existentes e doutros em desenvolvimento?

25 anos de 25 de Abril constitui um momento importante para reflectir e debater estas e outras questões. Através deste número temático a revista *Educação, Sociedade & Culturas* pretende dar a sua contribuição. Assim sendo, convidámos, por um lado, alguns especialistas da área de educação fortemente identificados

com o período do 25 de Abril (é o caso de Rogério Fernandes, de António Teodoro e de Rui Gomes) para ou escreverem artigos de balanço sobre esse período e anos seguintes ou participarem numa mesa redonda que organizámos (e que constitui a secção «Diálogos sobre o Vivido» deste número da revista) sobre «Formação de Professores e o 1º ciclo do Ensino Básico – ‘Deveríamos, ou Não, Ter Saudades das Escolas do Magistério Primário?’» (estavam presentes Margarida Fernandes, Graça Branco, Cabral Pinto e Manuel Matos – todos antigos Directores de Escolas do Magistério Primário e Conceição Coelho e Rui Trindade, antigos alunos das EMP da época do 25 de Abril), e, por outro lado, alguns especialistas (eventualmente mais novos) das áreas da educação e da sociologia para escreverem artigos, a partir de interesses diferentes, sobre o tema 25 Anos de 25 de Abril (Ana Nunes de Almeida e Pedro Silva) Também incluímos um artigo que oportunamente apareceu assinado por Stephen Stoer e Roger Dale.

A secção «Arquivo» deste nº 11 da revista está dedicada ao trabalho de José Gomes Bento, conhecido pedagogo e historiador que teve um impacto tremendo sobre os alunos que passaram por suas aulas na Escola do Magistério Primário do Porto. Rui Trindade, Ariana Cosme, Amélia Lopes, Fátima Antunes e Manuel Rangel, antigos alunos e colaboradores de Zé Bento, produziram o documento que constitui a nossa homenagem a esta grande figura da pedagogia progressista portuguesa. Neste sentido, publicamos ainda um breve depoimento do nosso homenageado intitulado «Entre a Esperança e a Frustração e Ainda Talvez a Esperança»

Finalmente, apresentamos na secção «Recensões» uma recensão «adiada», mas talvez ainda oportuna, do livro *Educação e Mudança Social em Portugal, 1970-80, uma década de transição* de Stephen R. Stoer, publicado no ano 1986 e agora recenseado por António Magalhães e Helena Costa Araújo. Apresentamos também uma recensão do livro *Orgulhosamente Filhos de*

Rousseau, escrita por F. Cabral Pinto que, embora também vestindo a roupa de «filho de Rousseau», interroga os autores sobre a sua interpretação (abusiva?) do princípio comunitário do famoso filósofo. Para finalizar, o livro de Maria José Magalhães, sobre o movimento feminista e a educação ao longo das décadas de 70 e 80, recebe o olhar crítico de Lígia Amâncio.

Steve Stoer

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela (1997) «O Neoliberalismo Educacional Mitigado numa Década de Governação Social-Democrata», *Revista Portuguesa de Educação*, 10, 2, 103-137
- STOER, Stephen R. (1986) *Educação e Mudança Social em Portugal, 1970-1980, uma Década de Transição*, Porto: Edições Afrontamento
- STOER, Stephen R., STOLEROFF, Alan D. e CORREIA, José Alberto (1990) «O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-53.